ÍNDICE

PREFÁCIO ..... **XIII**

SEGURANÇA JURÍDICA NO NOVO CARF

PAULO DE BARROS CARVALHO 1

1. Palavras introdutórias 1
2. Núcleo semântico do sobreprincípio da segurança jurídica 4
3. O primado da segurança jurídica no processo 9
   I – Princípio da legalidade objetiva 12
   II- Princípio da oficialidade 13
   III – Princípio do informalismo em favor do interessado. 15
   IV – O princípio do devido processo 16
   V – Princípio da contradição 19
   VI – Outros princípios 21
4. O procedimento administrativo tributário como forma de atividade de controle do lançamento, da penalidade e da notificação dirigida ao sujeito passivo 23
5. Compatibilidade entre a modificação de exegese do CARF e o primado da segurança jurídica 26
6. Revogação e anulação dos atos jurídicos administrativos. 27
7. Algumas reflexões e subsequentes sugestões a propósito do procedimento administrativo tributário 30

GUERRA FISCAL E OS BENEFÍCIOS UNILATERAIS CONCEDIDOS POR OUTROS ESTADOS

ALESSANDRO ROSTAGNO 35

1. A guerra fiscal: conceito e características 36
2. Guerra fiscal, federalismo, competências tributárias e disposições legislativas federais e estaduais versus não-cumulatividade do ICMS 39
3. Observações e questionamentos acerca da atuação dos entes federados no resguardo de seus direitos de exigibilidade do ICMS frente a benefícios fiscais concedidos unilateralmente por outros Estados – recentes posições jurisprudenciais dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo 48
4. Conclusões 63

PRECLUSÃO DA PROVA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO: UM FALSO PROBLEMA

ANDRÉA MEDRADO DARZÉ 67

1. Considerações introdutórias 67
2. Processo administrativo: controle de legalidade dos atos de constituição dos créditos tributários 68
3. Princípios que interferem na produção da prova 72
   3.1. Princípio da legalidade tributária 72
   3.2. O princípio do devido processo legal 74
   3.3. Princípio da busca da verdade material 76
   3.4. Princípio da oficialidade 79
4. Iniciativa probatória do sujeito passivo tributário e seus limites 80
5. Iniciativa probatória da autoridade julgadora e seus limites 88
6. Conclusões 95

A NOVA LEI PROCESSUAL ADMINISTRATIVA TRIBUTÁRIA PAULISTA E A INFLUÊNCIA DOS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI OU ATO NORMATIVO PELO STF NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS EM CURSO

GERMAN ALEJANDRO SAN MARTÍN FERNÁNDEZ 97

1. Introdução 97
2. O novo processo tributário paulista e o artigo 28 da Lei n. 13.457/2009 100
3. A vedação imposta na lei paulista ao julgador administrativo em afastar a aplicação de lei sob a alegação de inconstitucionalidade 102
4. Da permissão de afastamento na aplicação de lei na hipótese de declaração de inconstitucionalidade em sede de ADI 107
5. Da permissão de afastamento da aplicação de lei na hipótese de decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, em via incidental, desde que o Senado Federal tenha suspenso a execução do ato normativo 117
6. Interpretação conforme a Constituição 120
7. O efeito no julgamento de improcedência em sede de ADC 123
8. Efeito *erga onmes* e força vinculante das decisões em sede de controle concentrado e a "abstrativização" do controle difuso de constitucionalidade pelo STF 124
9. A Constituição Estadual Paulista – Hierarquia normativa no âmbito estadual e normas de repetição (Simetria Constitucional) 128
10. Conclusões 131
11. Referências Bibliográficas 133

CÁLCULO DO PRAZO DECADENCIAL EM RELAÇÃO AO CRÉDITO INDEVIDO DE ICMS – A APLICAÇÃO DO

ARTIGO 173, INCISO I, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, E A BUSCA DO CONCEITO DE "EXERCÍCIO" PARA OS FINS DO PRAZO DE DECADÊNCIA

ADOLPHO BERGAMINI 135

1. Introdução 135
2. As espécies de lançamentos tributários: análise do prazo decadencial aplicável aos lançamentos de ofício e por homologação, bem como o enquadramento do ICMS neste último 137
3. Aplicabilidade do artigo 150, §4º, do Código Tributário Nacional, ao cômputo do prazo decadencial aplicável à glosa de créditos indevidos de ICMS 138
4. A jurisprudência administrativa e judicial sobre a aplicabilidade do prazo decadencial à glosa de créditos indevidos de ICMS 141
5. A aplicação do artigo 173, inciso I, do Código Tributário Nacional, e a busca do que seja exercício aos fins da contagem do prazo decadencial 152
6. Conclusão 159

O ICMS NAS OPERAÇÕES DE LEASING

ADOLPHO BERGAMINI, ADRIANA ESTEVES GUIMARÃES E MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO 161

1. Introdução 161
2. O ICMS vinculado à importação de bens do exterior e sua inexigibilidade em relação aos bens objeto de leasing 162
3. O entendimento do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo 173
4. Conclusão 179

A RELAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO E A REPRESENTAÇÃO CRIMINAL

CORIOLANO AURELIO DE ALMEIDA CAMARGO SANTOS 181

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO PAULISTA – O JUÍZO MONOCRÁTICO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL E O DIREITO DE PETIÇÃO

LUIZ FERNANDO MUSSOLINI JÚNIOR 191

A QUEBRA DO SIGILO FINANCEIRO DOS CONTRIBUINTES PAULISTAS EM FACE DA EDIÇÃO DO DECRETO ESTADUAL N. 54.240/09

MARA EUGÊNIA BUONANNO CARAMICO 205

Introdução..... 205

I. Os sigilos bancário e fiscal: conceito e fundamento 206

II. Histórico 212

III. Análise dos artigos 75, X do RICMS/00 (Estado de São Paulo), do Decreto Estadual n. 54.240/09 e da Portaria CAT 12/10 em face do que dizem os artigos 5º e 6º da Lei Complementar n. 105/01 217

IV. Conclusão..... 227

V. Bibliografia e referências..... 231

PRAZOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO ESTADUAL – QUESTÕES PRÁTICAS

EDUARDO PEREZ SALUSSE..... 235

1. Introdução..... 235
2. Atos processuais - lugar, forma e prazo..... 237
3. Flexibilização do prazo por equidade 240
4. Contagem dos prazos e indeferimento sumário 242

5. Devolução e suspensão do prazo 243
6. Prazo para juntada de documentos 246
7. Prazo "para o processo" – Princípio do prazo razoável .. 250
8. Prazos polêmicos 254
9. Prazos – regra de transição 257
10. Conclusão 258
11. Referências 258

OS PROCESSOS ADMINISTRATIVO E JUDICIAL E A MATÉRIA TRIBUTÁRIA NA GEOGRAFIA DO SISTEMA JURÍDICO

JONATHAN BARROS VITA 263

1. Introdução 263
2. Notas sobre a Teoria dos Sistemas 265
3. Geografia do sistema jurídico: onda de choque e distinção centro/periferia 271
4. As consequências das diferenças entre o posicionamento das cortes administrativas e judiciais no sistema jurídico 277
5. Conclusões 282

O PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA NA APRECIAÇÃO DO RECURSO DE OFÍCIO

LUIZ ROBERTO DOMINGO 285

A SIMULAÇÃO DO ESTABELECIMENTO PRESTADOR DO SERVIÇO

RAFAEL CORREIA FUSO 301

I. Introdução 301
II. Da constituição de estabelecimentos prestadores de serviços em municípios que oferecem vantagens fiscais. 302

III. Do conceito de simulação de estabelecimento 305

IV. Das provas colhidas pelos auditores fiscais para se concluir pela simulação do estabelecimento..... 306

V. Da lavratura de autos de infração, fundamento de validade e os indícios de simulação de estabelecimento 309

VI. Das provas necessárias para afastar a acusação fiscal a serem juntadas na defesa 310

VII. Do julgamento da matéria pelo Conselho Municipal de Tributos e suas limitações..... 312

VIII. Da jurisprudência do Conselho Municipal de Tributos sobre a simulação de estabelecimento..... 315

IX. Conclusões..... 317

O DEVER DE RETENÇÃO DO INSS E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO RESIDENCIAL

RODRIGO ANTONIO DA ROCHA FROTA 321

O CONTROLE DE LEGALIDADE DOS LANÇAMENTOS QUE REQUALIFICAM FATOS

KAREM JUREIDINI DIAS 321

1. Introdução..... 331
2. Revisão da norma individual e concreta: o lançamento de ofício 334
3. Modalidade de revisão conforme o tratamento conferido à norma revisada..... 337
4. O controle de legalidade em face dos suportes fáticos . 338
5. O controle de legalidade em face do consequente da norma individual e concreta 342
6. Conclusões 350